

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A **Unidade Local de Saúde Santa Maria, E.P.E. (“ULS Santa Maria”)** assume o compromisso de respeitar e assegurar a privacidade, a confidencialidade e a segurança dos seus dados pessoais e os seus direitos enquanto titular dos dados pessoais, em cumprimento do disposto no *Regulamento n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016* (Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD) e demais legislação em matéria de proteção de dados.

A presente **Política de Privacidade (“Política”)** visa assegurar a resposta aos requisitos de informação a prestar aos titulares dos dados pessoais, previstos no artigo 13.º e 14.º do RGPD, assim como cumprir os princípios de transparência e de lealdade, descrevendo quais os dados pessoais que a **ULS Santa Maria** recolhe, para que finalidade são utilizados, os princípios que orientam esta utilização e quais os direitos que assistem os titulares desses mesmos dados. A política aplica-se a todos os utentes, visitantes, voluntários, candidatos a recrutamento, utilizadores do website institucional, e demais pessoas singulares com quem a **ULS Santa Maria** se relaciona no âmbito da sua atividade.

O fornecimento direto ou indireto de dados pessoais pelos seus titulares, nomeadamente, através do preenchimento de formulários, pressupõe o conhecimento e a aceitação das condições desta **Política**, bem como de quaisquer outros termos, políticas e condições específicas referentes aos serviços utilizados, pelo que recomendamos uma leitura atenta da mesma.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS

A **ULS Santa Maria**, no âmbito das obrigações que detém por força do RGPD, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos. Em qualquer um dos hospitais ou unidades de cuidados primários constituintes da **ULS Santa Maria** onde o titular se encontre ou seja atendido, a entidade responsável pelo tratamento dos seus dados é a **Unidade Local de Saúde Santa Maria, E.P.E.**

Contactos:

| Responsável pelo tratamento | ULSSM – Unidade Local de Saúde Santa Maria, E.P.E. |
|--|--|
| Número de Identificação de Pessoa Coletiva | 508 481 287 |
| Morada | Av. Professor Egas Moniz – 1649-035 Lisboa |
| N.º Telefone | 217805000 |
| Contacto do Responsável pelo Acesso à Informação | contactcenter@ulssm.min-saude.pt |
| Website | https://www.ulssm.min-saude.pt/ |
| Encarregado da Proteção de Dados | dpo@ulssm.min-saude.pt |
| Morada | Alameda das Linhas de Torres, 117, 1769-001 Lisboa |

dpo@ulssm.min-saude.pt

Av. Professor Egas Moniz
1649-035 LISBOA
Tel.: 217 805 000 – Fax: 217 805 610
www.ulssm.min-saude.pt



Alameda das Linhas de Torres, 117
1769-001 LISBOA
Tel.: 217 548 000 – Fax: 217 548 215
www.ulssm.min-saude.pt

Como responsável, a **ULS Santa Maria**:

- Assegura que o tratamento dos dados pessoais é efetuado no âmbito da(s) finalidade(s) para as quais foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com o(s) propósito(s) inicial(ais).
- Assume o compromisso de implementar uma cultura de minimização de dados, em que apenas se recolhem, utilizam e conservam os dados pessoais necessários.
- Não procede ou partilha dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em cumprimento do artigo 37º do RGPD, foi designado um **Encarregado de Proteção de Dados (EPD)**, que é o ponto de contacto designado para os titulares dos dados, sobre todas as questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e com o exercício de direitos que lhe são conferidos pelo RGPD.

O **EPD** pode ser contactado pelo titular dos dados sobre qualquer questão relacionada com o tratamento dos seus dados pessoais pela **ULS Santa Maria**.

QUE DADOS PESSOAIS RECOLHEMOS

A **ULS Santa Maria** recolhe diversos tipos de dados pessoais necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados, para a formação, o ensino e a investigação clínica, para o cumprimento de contratos ou obrigações legais a que se encontra sujeita; e, ainda outros dados pessoais que são espontaneamente fornecidos pelos titulares, como no caso de candidaturas para recrutamento de pessoal. Podem ainda ser recolhidos dados pessoais dos representantes legais em situações de incapacidade legal para o exercício de direitos, como no caso de menores e maiores acompanhados.

Igualmente, a **ULS Santa Maria** pode aceder a informação que o titular de dados tenha disponibilizado quando se tenha deslocado a outra unidade de serviços de saúde em Portugal, em virtude da interligação de sistemas de informação partilhados do **Serviço Nacional de Saúde** ou de parcerias com outras entidades de prestação de cuidados.

CATEGORIAS DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS

| Categoria de dados | Tipo de dados | Meios e momentos de recolha |
|--------------------------------------|--|--|
| Dados de identificação | Nome, género, data de nascimento, n.º de identificação fiscal, n.º de identificação de Segurança Social, n.º do Cartão de Utente, n.º. do Cartão de Cidadão e data de validade, país, distrito e concelho de nascimento. | Quando cria uma ficha de utente, nos secretariados administrativos. |
| Dados de contacto | N.º. de telefone/telemóvel, endereço de correio eletrónico e morada (localidade, código postal, país, distrito, concelho, freguesia). | Quando cria uma ficha de utente, nos secretariados administrativos |
| Dados sobre a vida privada | Profissão, situação profissional, centro de saúde, médico de família, estado civil, nome do cônjuge, nome do pai, nome da mãe (caso utente seja incapaz), dados relacionados com seguro de saúde (quando os serviços prestados sejam abrangidos pelo mesmo), bem como dados socioeconómicos. | Quando cria ou atualiza uma ficha de utente, nos secretariados administrativos ou no decurso da prestação de cuidados de saúde |
| Dados administrativos | Data e hora da marcação, especialidade do médico, o exame a realizar/ realizado, dados constantes de prescrição médica, entre outros necessários à prestação dos serviços). | Quando efetua uma marcação/ quando solicita informações através dos vários canais (e-mail, telefone e contacto direto) |
| Dados de saúde | Motivo da consulta/ato, antecedentes pessoais (doenças de infância, imunizações, hábitos etílicos ou tabágicos, história ginecológica e obstétrica, alergias, medicação, doenças ativas, doenças inativas, antecedentes cirúrgicos), antecedentes familiares, diagnósticos, exames complementares, internamento, encaminhamento, alertas, grupo sanguíneo; medicamentos prescritos, regime especial de comparticipação das receitas, informação sobre portabilidade de doença infectocontagiosa. | No decurso da prestação de cuidados de saúde ou no decurso de estudos/ensaios clínicos, sempre que o Utente tenha autorizado ou exista outra condição lícita para o tratamento de dados. |
| Dados de outras categorias especiais | Dados genéticos (DNA), dados sobre origem racial ou étnica, dados relativos à vida sexual e orientação sexual, convicções religiosas. | No decurso da prestação de cuidados de saúde |
| Dados de navegação | Cookies e tecnologias semelhantes. | Uso da app ou navegação no site. |
| Dados de imagem | Captção de imagens através de sistema de videovigilância. | No decurso da sua visita/ permanência ao/na ULSSM |

FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados recolhidos são objeto de tratamento para as seguintes finalidades:

- **Prestação de cuidados de saúde** (Categoria de dados de identificação, contacto, administrativos, vida privada, dados de saúde e dados de outras categorias especiais), na prevenção e diagnóstico médico, realização de tratamentos, gestão de sistemas e serviços de saúde, auditoria e melhoria contínua.

Os dados relativos à sua saúde apenas serão tratados por ou sob a responsabilidade de profissionais obrigados a sigilo, na estrita medida do necessário à prestação de cuidados de saúde, podendo ser comunicados aos seus familiares, apenas nas circunstâncias expressamente previstas na Lei em vigor.

- **Comunicação com os utentes** (Categoria de dados de identificação, contacto e administrativos) (informação de natureza comunicacional) para efeitos de agendamento de consultas, exames, sessões de tratamento ou alterações de marcações, bem como, para responder a pedidos, reclamações, sugestões ou contactos de outra natureza que formule; para o cumprimento de obrigações legais e de outras finalidades indiretamente associadas à prestação de cuidados, designadamente, para efeitos de contabilidade, faturação e auditoria, deteção e análise de fraude, voluntariado, ação social, apoio espiritual, proteção de crianças e jovens em risco e de adultos em situação de violência, comunicação a entidades terceiras nos casos legalmente previstos sempre que tal se revele necessário e adequado para:

- a) Cumprimento de obrigação jurídica a que a **ULS Santa Maria** esteja sujeita (informação do acompanhamento clínico hospitalar aos prestadores de cuidados de saúde primários referenciadores);
- b) Cumprimento de obrigações legais/ordens judiciais (tribunais e órgãos de polícia criminal);
- c) Resposta a solicitações de autoridades públicas (ACSS, SPMS, ERS, IGAS, INFARMED, DGS, etc¹) ou governamentais com poderes para o efeito;
- d) Efeitos de certificação/acreditação e avaliação da qualidade.

- **Realização de investigação científica** (Categoria de dados de identificação, contacto, administrativos, vida privada, dados de saúde e dados de outras categorias especiais), quando os estudos ou ensaios clínicos realizados na **ULS Santa Maria**, e nos quais esta atua como Corresponsável ou Subcontratante (sendo os Responsáveis pelo Tratamento as entidades promotoras do estudo/ensaio) e sempre que possível, com recurso a procedimentos de anonimização ou pseudonimização dos dados, sendo solicitado o seu consentimento para o tratamento dos dados neste contexto.

¹ ACSS: Administração Central do sistema de Saúde; SPMS: Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. ERS: Entidade Reguladora da Saúde; IGAS: Inspeção Geral de Saúde; DGS Direção Geral de Saúde.

- O tratamento for necessário para o **cumprimento de uma obrigação jurídica** a que a **ULS Santa Maria** esteja sujeita, como sucede nos casos em que a comunicação de dados a entidades terceiras seja obrigatória (designadamente, entidades policiais, judiciais, reguladoras), incluindo a comunicação de doenças de declaração obrigatória;
- O tratamento for necessário para a **execução de um contrato** no qual o titular dos dados seja parte;
- O tratamento for necessário para proteger os **interesses vitais** do titular dos dados, no caso de este se encontrar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;
- O tratamento for necessário para realizar **investigação científica** para melhorar a qualidade, saúde e bem-estar dos utentes, desde que seja proporcional ao objetivo visado sido e preveja medidas adequadas para a defesa dos direitos e interesses do titular dos dados, como a minimização dos dados pela sua codificação ou pseudonimização;
- O tratamento for necessário à **declaração, exercício ou defesa de um direito** num processo judicial ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- O tratamento for necessário para efeito dos **interesses legítimos** prosseguidos pela ULSSM, incluindo a captação de imagem no contexto da videovigilância, para segurança de pessoas e bens nas instalações da ULSSM.

COMUNICAÇÃO DOS DADOS A TERCEIROS

A **ULS Santa Maria** recorre a outras entidades para a prestação de determinados serviços, nomeadamente, no âmbito de cuidados assistenciais, de suporte aos sistemas informáticos em uso e gestão do arquivo físico, que poderá implicar o acesso por estas entidades a dados pessoais. Neste contexto, a entidade subcontratada tratará os dados pessoais em nome e por conta da **ULS Santa Maria** na estrita obrigação de seguir as suas instruções, assegurando que a mesma oferece garantias suficientes de proteção dos direitos dos titulares dos dados, nos termos dos contratos celebrados.

A **ULS Santa Maria** poderá, ainda, ter de comunicar os dados a entidades terceiras, sempre que tal se revele necessário e adequado para assegurar a prestação de cuidados, nomeadamente outros organismos de saúde ou o cumprimento de obrigações jurídicas a que se encontre sujeito, respondendo a solicitações de autoridades judiciárias, judiciais, policiais ou autoridades públicas competentes no âmbito das atribuições que legalmente lhe estão conferidas, nomeadamente, ACSS, SPMS, ERS, IGAS, INFARMED, DGS ou governamentais com poderes para o efeito². Em qualquer dos casos, a **ULS Santa Maria** compromete-se a tomar as medidas adequadas para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais.

² ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E, ERS – Entidade Reguladora da Saúde, IGAS - Inspeção Geral das Atividades em Saúde e DGS – Direção-Geral da Saúde.

TRANSFERÊNCIAS DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são tratados dentro do **Espaço Económico Europeu (EEE)** e só serão transmitidos ou facultados a terceiros nos casos e condições previstas na legislação. Na eventualidade de serem realizadas transferências de dados pessoais para entidades localizadas em países externos ao Espaço Económico Europeu, a **ULS Santa Maria** cumprirá rigorosamente as obrigações legais aplicáveis.

SUBCONTRATANTES

A **ULS Santa Maria**, no âmbito da sua atividade, recorre a outras entidades, devidamente, certificadas e acreditadas. Para esse efeito, promove uma avaliação prévia para determinar o cumprimento do RGPD e assegurar que as entidades oferecem garantias de segurança para proceder ao tratamento dos dados pessoais dos titulares a que, para o efeito, tenham acesso, de acordo com a legislação aplicável.

PRAZO DE CONSERVAÇÃO OS DADOS PESSOAIS

Os dados são conservados pelo período estritamente necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, sem prejuízo das disposições legais ou regulamentares que determinem a sua conservação por prazo superior.

Em prol de tratamento para fins de arquivo de interesse público, de investigação científica ou histórica, bem como para fins estatísticos, pode a **ULS Santa Maria** conservar os dados durante um prazo mais longo, garantindo a aplicação de garantias adequadas à proteção dos direitos e liberdades dos titulares, através da adoção de medidas técnicas e organizativas, de modo a assegurar o respeito pelo princípio da minimização dos dados.

Neste contexto, a **ULS Santa Maria** conservará os dados pessoais e de saúde pelo período necessário à prestação de cuidados, respetiva faturação e cumprimento de obrigações legais, bem como para cumprimento de prazos legalmente previstos para fins de investigação e judiciais. Os dados pessoais necessários à prestação de cuidados de saúde serão conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação hospitalar e pelos prazos aí definidos.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

A **ULS Santa Maria** está empenhada em assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, através da implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados contra qualquer forma de tratamento indevido ou ilegítimo e contra a sua perda acidental ou destruição.

Para o efeito, existem procedimentos tendentes a prevenir acessos não autorizados, perdas acidentais e destruição dos dados, através do controlo de acessos de colaboradores e visitantes às suas instalações, assim como a adoção de políticas de acessos a sistemas de informação e da sua rastreabilidade, comprometendo-se a respeitar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos do **Regulamento Geral da Proteção de Dados**, são assegurados ao titular dos dados os seguintes direitos:

- **Direito de acesso:** confirmar a todo o tempo se os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento, bem como da origem dos dados pessoais tratados pela **ULS Santa Maria**, quando estes não sejam recolhidos diretamente junto do titular. No caso de dados relativos a **informação clínica**, o **direito de acesso** por parte do titular (ou de terceiros com o seu consentimento ou nos termos da lei) pode ser exercido presencialmente, através do site da mediante preenchimento do formulário disponível para o efeito no *website* da ULSSM, em [Gabinete de Acesso à Informação Clínica](#) ou da APP [mySantaMaria](#).
- **Direito de retificação:** caso o titular dos dados verifique que a **ULS Santa Maria** tem dados pessoais sobre si incorretos, incompletos ou inexatos, pode solicitar a sua correção ou retificação.
- **Direito ao apagamento dos dados:** o direito de solicitar o apagamento dos seus dados em determinados casos, nomeadamente, se deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento. Este direito não prejudica o cumprimento de obrigações legais de conservação de dados pessoais que recaem sobre a **ULS Santa Maria**.
- **Direito à limitação do tratamento:** o direito de solicitar a limitação do tratamento dos dados pessoais em determinados casos, nomeadamente, se contestar a sua exatidão, se o tratamento for ilícito e não quiser apagar os dados, mas apenas limitá-los, se os dados já não forem necessários à **ULS Santa Maria**, mas necessários ao titular dos dados ou se tiver sido exercido o direito de oposição.
- **Direito de oposição ao tratamento:** o direito de se opor, em determinados casos, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos seus dados com base na prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou na compatibilidade do tratamento inicial com o tratamento posterior desses dados. A **ULS Santa Maria** deverá cessar esse tratamento de dados, a menos que demonstre motivos legítimos e imperiosos para o tratamento que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, como para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- **Direito de portabilidade dos dados:** o direito a solicitar à **ULS Santa Maria** os dados pessoais que tenha fornecido num formato estruturado, de uso comum e de leitura automática e a transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento. Neste caso, apenas se encontram abrangidas as operações de tratamento realizadas pela **ULS Santa Maria** que se baseiam no consentimento ou num contrato, no qual o titular dos dados é parte e efetuado por meios automatizados.
- **Direito a retirar o seu consentimento** para o tratamento dos dados, nas situações em que o titular deu previamente o seu consentimento para esse tratamento. De notar que o tratamento realizado até esse momento com base no consentimento permanece válido.
- **Direito de apresentar reclamação à CNPD.** O titular pode apresentar queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), ou outra autoridade de controlo competente, sempre que considere que os seus dados não estão a ser tratados em conformidade com a legislação de proteção de dados.

- **Direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas.** Refere-se à tomada de decisão individual automatizada, incluindo a definição de perfis. Os titulares têm o direito de não estar sujeitos a uma decisão baseada unicamente num tratamento automático, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos legais que lhe dizem respeito ou que o afetem de forma semelhante.

O exercício destes direitos pode ser efetuado mediante pedido escrito, enviado para dpo@ulssm.min-saude.pt ou por correio postal para **Encarregado de Proteção de Dados**, Unidade Local de Saúde Santa Maria, E.P.E., Av. Prof. Egas Moniz, 1649-035 Lisboa. Poderá ainda utilizar o formulário eletrónico disponível no website da **ULS Santa Maria**, no separador [Utentes/Direitos e Deveres](#), para submeter um pedido de exercício destes direitos.

RECLAMAÇÕES

A **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)** é a autoridade administrativa nacional independente, com poderes de controlo em matéria de tratamento de dados pessoais, com competência para fiscalizar o cumprimento do RGPD e demais legislação em vigor, a fim de defender os direitos, liberdades e garantias das pessoas singulares. Qualquer titular, se considerar que um determinado tratamento dos seus dados não cumpre a legislação em vigor, poderá apresentar uma reclamação à **CNPD**.

COOKIES

Os **cookies** utilizados no *website* são os estritamente necessários para garantir uma experiência de navegação fluída, eficiente e funcional. Se os cookies forem desativados, a navegação no *website* poderá não ser otimizada e algumas das funcionalidades podem não funcionar corretamente.

Para obter mais informações sobre cookies e a respetiva utilização, consulte a **Política de Cookies** da **ULS Santa Maria**, disponível em [Política de Cookies](#).

DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A presente política entra em vigor após aprovação pelo Conselho de Administração da **ULS Santa Maria** e é divulgada internamente a todos os colaboradores por comunicação interna via **Infomail** e publicada na **intranet** em Proteção de Dados - Política de Privacidade, assim como no **website** institucional em Política de Privacidade.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

De forma a garantir a respetiva atualização, a **ULSSM** reserva-se o direito de proceder às alterações consideradas adequadas e necessárias à presente Política de Privacidade em qualquer altura. Tais alterações serão objeto de publicitação no sítio institucional da **ULSSM** para garantir a respetiva transparência, fazendo-se expressa referência à data de atualização.